

AS RELAÇÕES ENTRE O PRAGMATISMO E A ÉTICA

Maria de Lourdes Bachá¹

RESUMO: Este texto pretende discutir as relações entre o Pragmatismo e a Ética na filosofia de Charles Sanders Peirce (1839-1914), cientista, matemático, lógico e filósofo e fundador do Pragmatismo Americano.

PALAVRAS-CHAVES: pragmatismo; ética; educação; Pierce.

ABSTRACT: This text intends to discuss the relationship between Pragmatism and Ethics in Charles Sanders Peirce philosophy (1839-1914), scientist, mathematical, logical, philosopher and founder of the American Pragmatism.

KEY-WORDS: pragmatism; ethics; education; Pierce.

ATUALMENTE, os jornais e revistas trazem inúmeras matérias sobre o pragmatismo de determinados políticos ou sobre a importância da responsabilidade social e da ética para empresas, portanto parece interessante discutir as relações entre Pragmatismo e Ética no contexto da filosofia de Charles S. Peirce, o fundador do pragmatismo americano.²

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica. Docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Unifieo e Unib.

² As obras de Peirce são citadas obedecendo às abreviações comumente aceitas entre os estudiosos: CP – **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. by Charles Hartshorne and Paul Weiss, Vols.1-6; **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. by Arthur Burks. Vols 7-8; e NEM – **The New Elements of Mathematics** Ed. By C. Eisele, C.

Inicialmente, deve-se ressaltar que, para Peirce, a Ética é a ciência geral da conduta, não podendo ser confundida com moral ou, com o certo e errado. A Ética peirceana é uma Ciência Normativa, isto é, é aquela que estuda o que deve ser, ou seja, a ciência normativa não é uma prática, nem uma investigação conduzida com vistas à produção de uma prática. A Ética, como Ciência Normativa não se refere aos princípios de justiça, nem à justiça de qualquer lei específica; nem diz respeito aos valores de vários tipos de conduta, nem a questões especificamente morais (Santaella s/d, p. 125).

Das ciências normativas fazem parte a Estética, como a ciência do sentimento autocontrolado, a Ética, como a ciência da conduta autocontrolada e, a Lógica, como a ciência do pensamento autocontrolado.

Peirce entendia as Ciências Normativas em um sentido amplo, bastante diferente do sentido cartesiano, e não exclusivamente relacionadas com o espírito humano (CP 5.128), isto é, para Peirce os sistemas lógicos naturais seriam sistemas de mesma natureza que o nosso pensamento. Pode-se pensar o mundo, ou, certa ordem geral da natureza, ou, certos sistemas de ordenação como tendo uma estruturação lógica similar à lógica de nosso pensamento, o que permite representar com verossimilhança sistemas da natureza, pois nós temos uma estrutura racional que é hereditária da forma racional da natureza.

Para Peirce, a Estética considera aquelas coisas cujos fins devem incorporar qualidades, a Ética “considera aquelas coisas cujos fins residem na ação”, a Lógica considera “aquelas coisas cujo fim é o de representar alguma coisa”. Na concepção peirceana, a Lógica se ocupa do raciocínio como uma forma de atividade deliberada ou conduta, e tem com objetivo especificar e discriminar boas e más formas de raciocínio e, raciocínio é necessariamente um ato voluntário sobre o qual podemos exercer controle (CP 2.144). Resumindo, pode-se dizer que as Ciências Normativas (a Estética, a Ética e a Lógica), no seu aspecto psicológico, estariam relacionadas com Sentimento, Reação e Pensamento (CP 8.256).

Por outro lado, o caráter deliberado da ação é analisado do ponto de vista do autocontrole. A ação humana pede a presença da razão no processo deliberativo. Sem a razão, a conduta humana estaria circunscrita à conduta instintiva, que é uma relação puramente adaptativa, porque não estaríamos em condução de interagir, modificando nossos hábitos de conduta referente à ação futura. Portanto, nossa conduta é ação deliberada.

Vale enfatizar que quando se fala em razão, pensamento ou mente, na filosofia peirceana, estes conceitos são predicados exclusivos do ser humano. Pensamento existe na natureza, pensamento também existe nos processos naturais, que são processos intencionalizados, que almejam determinados fins. O conceito de “mind” como pensamento, como razoabilidade implica sempre em generalização, implica a conduta do particular em função de um sistema, um particular que contribui para um sistema geral, implica em crescimento em aperfeiçoamento, adaptabilidade, ou “amorosidade”.

As relações do Pragmatismo com a Ética

Fazendo uma análise mais aprofundada da Ética, esta seria a verdadeira ciência dos fins, e sua tarefa seria a de testar se o ideal estético pode ser estabelecido como o fim último para o qual toda atividade humana deveria ser dirigida (CP 5.136). A Ética peirceana não se preocupa diretamente com o que é certo ou errado, mas sim com aquilo que deveria ser alvo do esforço humano. O bem ético envolve uma dualidade entre o plano e o fim da conduta. E plano está relacionado com raciocínio, ou seja, pensamento autocontrolado.

Mas a Estética peirceana é a ciência geral do admirável, sendo o admirável uma meta, um ideal que “descobrimos porque nos sentimos atraídos por ele como tal”, é o “fim último em direção ao qual o esforço humano deve se dirigir”. Trata-se do ideal supremo para o qual nosso desejo, vontade e sentimentos devem se dirigir, não importando para onde ele conduz, o *summum bonum*, que não necessita justificativa ou explicação. (CP 1.191, 1.573-575, 2.116, 5.566 e 6.290)

Mas quais são as condições desta meta última? Peirce responde que é a essência da razão em si, que nunca alcança completude total e deve estar sempre em “um estado de insipiência, de crescimento (...), a criação do universo que está em processo até hoje e que nunca terminará é o próprio desenvolvimento da Razão” (CP 1.615).

Este *summum bonum* é absoluto, é aquele que seria perseguido em todas as circunstâncias possíveis. O único mal seria não ter um fim último. Peirce acrescenta que não pode existir um ideal mais satisfatório do que o desenvolvimento da razão, a razão sendo compreendida em sua totalidade, e o ideal da conduta seria tornar o mundo mais razoável.

É a Ética que define o fim e, portanto, é impossível ser racionalmente lógico exceto em bases éticas. A ética deve apelar para a estética para ajudá-la a determinar o *summum bonum*. A ética é mais do que simplesmente prática, porque ela envolve a teoria de conformidade da ação com o ideal, o *summum bonum*. (CP 5.133-4, CP 2.199; CP 1.191)

A Ética pergunta para que fim todo esforço deve ser dirigido (CP 2.199). A Lógica, segundo Peirce, não só estabelece regras que deveriam, mas também é a análise das condições de obtenção de algo que tem propósito como um ingrediente essencial. A Lógica, diz Peirce (CP 2.198), é “o estudo dos meios de atingir a meta do pensamento e é a ética que define a meta” (Bernstein 1990).

Segundo Peirce, a fim de bem raciocinar “é absolutamente necessário possuir não apenas virtudes como as da honestidade intelectual, da sinceridade e um real amor pela verdade, o estudo da ética permite uma ajuda do todo indispensável para a compreensão da lógica” (CP 2.82).

Peirce entende o pensamento como uma operação lógica, como uma relação que se opera por mediação, desenvolvimento ou processo e pensamento é uma forma de ação e raciocínio é um tipo de ação deliberada (CP 5.130).

Por outro lado, a escolha entre duas condutas deve levar ao bem estético. Assim, o fim último da ação deliberadamente adotada, ou seja, razoavelmente adotada, “deve

ser um ideal admirável". A admirabilidade, portanto "é um estado de coisas que razoavelmente se recomenda a si mesmo em si mesmo, a parte de qualquer consideração ulterior" (CP 5.130).

O próprio Peirce confessou em uma passagem ter demorado a entender o inter-relacionamento da Lógica, Ética e Estética:

Não foi senão depois disso que obtive a prova de que a lógica deve estar fundada na ética, da qual ela é um desenvolvimento mas elevado. Mas mesmo então, por algum tempo, fui tão imbecil a ponto de não ver que a ética, do mesmo modo, está fundada sobre a estética, pela qual, desnecessário mencionar, eu não quero significar leite e água e açúcar. (CP 8.225)

Mas o admirável que é um fim último, que é um fim que se auto-justifica e se recomenda a si mesmo, não pode estar no interesse do indivíduo, no particular. Ele aponta para uma transgressão do individualismo. Peirce propõe uma socialização do pensamento científico, considerando seu objeto um bem a ser compartilhado por toda inteligência em busca da verdade. (Silveira 1997)

O fim último não pode depender dos caminhos particulares que acidentalmente o agente percorreu. O fim último não depende de contingências. Esse fim último, capaz de ser perseguido no curso indefinidamente prolongado de uma ação, deve ser imutável, sem o que não seria um fim último, e é necessário que esteja em concordância com o livre desenvolvimento da qualidade estética do próprio agente, ao mesmo tempo em que não tende a ser perturbado pelas reações sobre o agente proveniente do mundo exterior pressuposto na própria idéia de ação. (CP 5.135-6)

O homem correto é o homem que controla suas paixões, e as faz conformarem-se com os fins que ele está deliberadamente pré-preparado para adotar como fins últimos. Se fosse da natureza do homem sentir-se totalmente satisfeito com fazer de seu conforto pessoal seu objetivo último, não se poderia culpá-lo mais por isto do que se culpa um porco por comportar-se da maneira como o faz. (CP 5. 130)

Deste ponto de vista, aquilo que é moralmente bom surge como uma espécie particular daquilo que é esteticamente bom. Portanto para se conhecer aquilo no que consiste exatamente o bem lógico é necessário primeiramente analisar a natureza do bem moral e do bem estético. Daí, se esta linha de raciocínio estiver correta, decorre que: o bem moral será o bem estético especialmente determinado por um elemento peculiar que se lhe acrescentou; e o bem lógico será o bem moral especialmente determinado por um elemento especial que se lhe acrescentou. (CP 5.131)

Por outro lado, a essência do pragmatismo consiste exclusivamente em sua concebível influência sobre a conduta. (CP 5.412) É necessário entender, portanto, que todo objetivo que puder ser perseguido de modo consistente, coloca-se tão logo que seja adotado de uma forma decidida, além de toda crítica possível, pois "um objetivo que não puder ser perseguido e adotado de forma consistente é um mau objetivo e não pode ser chamado propriamente, de forma alguma, de fim último" (CP 2.133).

Pois sendo as Ciências Normativas em geral a ciência das leis de conformidade das coisas com seus fins (...) é exatamente neste ponto que começamos a entrar no caminho que nos leva ao segredo do pragmatismo. (CP 5.129-130)

Dessa forma, o problema da Ética será determinar qual fim é possível, e esta é uma questão fundamental para o pragmatismo, pois o agir é o modo como a interioridade do conceito se faz existência concreta.

Pois se o significado de um símbolo consiste em como, poderia levar-nos a agir, é evidente que este como não pode referir-se à descrição dos movimentos mecânicos que o símbolo poderia causar, mas deve ser entendido como referente a uma descrição da ação como tendo este ou aquele objetivo. A fim de compreender o pragmatismo, portanto, o bastante para submetê-lo a uma crítica inteligente, cabe-nos indagar o que pode ser um fim último, capaz de ser perseguido no curso indefinidamente prolongado de uma ação. (CP 5.135)

A filosofia pragmática de Peirce desenvolveu-se, em grande parte, em oposição ao espírito cartesiano. Peirce rejeita a idéia cartesiana de que a filosofia deve começar com a dúvida universal, ou de um ego isolado como fonte principal de significado e verdade, isto é que, o último teste da certeza deve ser buscado na consciência individual. Peirce também rejeita a idéia de que a inferência depende sempre de premissas indubitáveis.

Filósofos das mais diversas facções propõem que a filosofia deve ter como ponto de partida um ou outro estado de espírito em que homem algum, e menos ainda um principiante em filosofia, realmente se encontra. Um deles propõe que comecemos por duvidar de tudo, e por dizer que só há uma coisa de que não podemos duvidar, como se duvidar fosse tão fácil como mentir. (CP 5.416).

Peirce rejeita aquelas dúvidas que não são verdadeiras, “recusem-se os faz-de-conta” (Peirce, CP 5.416). Recusar os “faz-de-conta” significa recusar aquilo que contradiz nossas verdadeiras crenças. A dúvida verdadeira é um estado muito desconfortável, com reflexos imediatos na conduta, porque as crenças é que determinam o modo como agimos, como nos conduzimos, e quem faz a análise desta conduta e de seus fins é a Ética.

A crença não é um estado momentâneo, ela dura muito tempo e só é abalada pela experiência, “a crença é um hábito da mente” A crença não é um modo momentâneo da consciência. Daí resulta a noção de verdade, como um estado de crença inatacável pela dúvida, “a ação do pensamento é excitada pela incitação da dúvida e cessa com o atingir da crença; e, assim o chegar à crença é a função única do pensamento” (CP 5.394; CP 5.417; CP 5.397)

Quando se diz que alguma coisa é verdadeira, significa que nela acreditamos, e que nossas crenças são permanentemente reforçadas através de nossas experiências, isto é, não encontramos nenhuma experiência que invalide aquilo que consideramos ser verdadeiro. É a conduta que mostra se houve mudança de crença ou não. O sentido da crença é o modo como a conduta se mostra e o agir se faz segundo as crenças. De tal forma que o modo exterior de ser revela a estrutura do modo interior de crer. A crença é expressa na conduta.

Para Peirce, as crenças são dotadas de três propriedades: em primeiro lugar são algo de que estamos cientes; em segundo lugar aplacam a irritação da dúvida e, em terceiro lugar envolvem o surgimento, em nossa natureza, de uma regra de ação, ou digamos com brevidade, o surgimento de um hábito.

Já a noção de dúvida real é totalmente contrária a de crença. A dúvida não é um hábito, mas uma privação de um hábito e tem uma condição errática que precisa ser superada por um hábito. Dúvida gera angústia, aflição, sendo um estado desconfortável. A dúvida está relacionada com conduta. “Como, entretanto, a crença é uma regra de ação, cuja aplicação envolve dúvida posterior e posterior reflexão, constitui-se, ao mesmo tempo, em ponto de escala e novo ponto de partida para o pensamento.” (CP 5.397)

Se o conceito tem significado, estamos preparados para agir segundo ele, para interagir existencialmente, isto é, o conceito só tem significado se tiver efeito na conduta. Significado envolve alguma referência a propósito. “O que o hábito seja depende de quando e como ele nos leva a agir” (CP 5.400). O agir está ligado às conseqüências experienciáveis do conceito, na medida em que sai da interioridade, da mera possibilidade. Assim, a diferença entre dois conceitos está nos diferentes modos de como eles afetam a nossa conduta.

Assim, nosso agir tem referência exclusiva ao que afeta os sentidos, nosso hábito tem o mesmo alcance de nosso agir, nossa crença o mesmo de nosso hábito, nossa concepção, o mesmo de nossa crença (...) Meu único desejo é o acentuar a impossibilidade de abrigarmos uma idéia relacionada com alguma coisa que não sejam imagináveis efeitos sensíveis das coisas. Nossa idéia a respeito de algo é nossa idéia a respeito de seus efeitos sensíveis. (CP 5.401)

Peirce se angustiava com a interpretação dada ao seu Pragmatismo. Em várias ocasiões, ao comparar seu Pragmatismo com os de outros filósofos, enfatizava que este fazia parte da Lógica. Pragmatismo não é utilitarismo e ação não é a meta da vida, porque afirmar que vivemos simplesmente da ação como ação, não levando em consideração o pensamento que ela carrega, “seria dizer que não existe algo que se possa chamar de propósito racional” (CP 5.429). O fim último não é ação porque o Pragmatismo só é ação, na medida em que esta ação vincula outro pensamento mais aperfeiçoado, na medida em que a idéia leva a outra idéia mais aperfeiçoada, envolvendo aprendizagem.

O pragmatismo peirceano embute três idéias: a relação necessária entre interioridade e exterioridade, entre o geral e particular e entre o existente e não existente, e “se imaginarmos ser coisa diversa, estaremos incidindo em engano e tomando erradamente uma sensação que acompanha o pensamento como parte integrante do próprio pensamento” (CP 5.401) Não se pode fazer uma cisão entre o mundo teórico e o mundo prático, que é o mundo da conduta, da ação.

Isto é, o teor racional de uma palavra ou outra expressão reside, exclusivamente, em sua concebível influência sobre a conduta da vida; de modo que, como obviamente nada que não pudesse resultar de um experimento pode exercer influência direta sobre a conduta, se se puder definir acuradamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou negação poderia implicar, ter-se-á uma definição completa do conceito e nele não há absolutamente nada mais. (CP 5.412)

Esta definição de pragmatismo explica como uma teoria verdadeira mostra reflexos na conduta, e o plano da conduta é o da existência, alteridade. Uma mera possibilidade que não se existencializa, não tem significado possível, não tem realidade, não tem sentido.

Ora, assim como a conduta controlada pela razão ética tende a fixação de certos hábitos de conduta, cuja natureza (para ilustrar o significado, hábitos pacatos e não irascíveis) não depende de nenhuma circunstância acidental, e nesse sentido pode-se dizer que ela está destinada; do mesmo modo, o pensamento controlado por uma lógica experimental racional, tende a fixação de certas opiniões, igualmente destinadas, cuja natureza será a mesma ao final, por mais que a perversidade de pensamento de gerações inteiras possa provocar o adiamento da fixação última. (CP 5.429)

O pragmatismo peirceano não pode ser entendido sem a relação entre a Estética, a Ética e a Lógica, isto é, o fim é algo que dá sua sanção à ação, pertencendo, portanto à categoria do pensamento, mas o pensamento envolve ação. O ser concreto do pensamento é dado pela ação, do mesmo modo que a ação é governada pelo pensamento. “A verdadeira natureza do pragmatismo não pode ser entendida sem elas; o pragmatismo não toma a reação como sendo o tudo da coisa; mas considera o fim como ser-tudo e o fim é algo que dá a sua sanção à ação.” (CP 8.256)

Toda ação supõe fins, mas os fins sendo gerais, estão no modo de ser do pensamento e esse fim, ou aquilo que é o bem supremo, consiste num processo de evolução.

Conseqüentemente, o pragmaticista não faz com que o *summum bonum* consista na ação, mas faz com que consista naquele processo de evolução pelo qual o existente chega cada vez mais a corporificar aqueles gerais a cujo respeito ainda há pouco se disse que estavam destinados, que é aquilo que tentamos exprimir ao chamá-los de razoáveis. (CP 5.433)

Por outro lado, quando uma pessoa afirma algo e se comporta de acordo com o que afirma, isto é admirável. Nós fazemos planos, prevemos nossa conduta, mas depois que ela se realiza fazemos uma autocrítica para verificar se a conduta está de acordo com nossos fins. Fazemos permanente esta autocorreção dos nossos projetos e das nossas previsões. “Entre as coisas de que o leitor, como pessoa racional que é, não duvida, é que não apenas tem hábitos como também pode exercer um certo autocontrole sobre suas ações futuras.” (CP 5.418)

O hábito só se constitui quando a pessoa passou por situações semelhantes onde exerceu o autocontrole, sendo assim essa reflexão subsequente é um preparo para a ação futura. “Ora, o pensamento é uma espécie de conduta que se acha em larga escala submetido ao autocontrole” (CP 5.419).

O modo como tomamos decisões, o nosso pensamento judicativo é submetido ao autocontrole, da mesma forma como controlamos nossa conduta. Um experimento pode ser uma operação do pensamento, com uma intencionalidade e uma racionalidade embutida. O autocontrole consiste em: primeiro comparar as ações passadas com padrões, segundo na deliberação racional que concerne a maneira como a pessoa vai agir, o que é em si mesmo uma operação complicada, e, terceiro na formação de uma resolução, uma forte determinação ou na modificação de um hábito.

Para a compreensão e resolução de nossos problemas é necessária reflexão e análise, significa ação judicativa. A conduta é fato. O modo como agimos é uma concreção dos nossos planos. O que legitima nossas crenças é a conduta. Toda crença influi na nossa maneira de nos comportarmos.

No entanto, a única conduta que está sujeita ao autocontrole é a conduta futura, e os resultados experimentais são os únicos resultados capazes de afetar a conduta humana, pois “um fenômeno experimental é o fato afirmado pela proposição de que a ação de uma certa descrição terá uma certa espécie de resultado experimental” (CP 5.427).

Só o fato muda a conduta, só a experiência pauta a conduta. Esta é a relação entre pensamento e ação. Os propósitos aparecem no nosso modo de agir, isto é, nós agimos segundo determinados planos, segundo determinados propósitos.

Peirce argumenta que todo homem tem certos ideais de conduta. Em primeiro lugar, certos tipos de conduta, quando o homem as contempla tem uma certa qualidade estética. Em segundo lugar, o homem se esforça por moldar seus ideais, consistentemente com cada outro, pois inconstância é odiosa para ele. Em terceiro lugar, ele imagina quais conseqüências acarretariam seus ideais, e se pergunta que qualidades estéticas estas conseqüências teriam (CP 1.591).

Segundo estes ideais, as pessoas são levadas a pretender que sua conduta se conforme, pelo menos a uma parte destes ideais, formulando então certas regras de conduta. Estas regras mobilizarão algumas forças levando a pessoa a considerar como agir. Esta resolução é da natureza de um plano. Um plano é um diagrama, é um esquema geral de ação, não para uma ocasião específica, mas para aquelas ocasiões em que aparecer um estado de coisas semelhante, embora toda pessoa que vive em contato com a realidade sabe que o futuro contém erraticidade.

Em contato com o real, a pessoa obtém o significado dos fatos e de suas próprias ações para corrigir sua conduta a cada instante face à alteridade, face ao erro. O futuro contém uma certa acidentalidade com a qual terá que programar sua conduta futura, já que não existe saber absoluto, e as previsões devem ser feitas por meio de alguma coisa verdadeira e real.

Há um elo entre elaborar um plano e efetivamente cumpri-lo, este elo se chama vontade, volição. Nem sempre fazer um plano significa que este plano será materializado na ação. A única forma de saber a eficácia do plano é através da ação, porque a ação é uma passagem necessária para correção, para o aperfeiçoamento. O mundo da existência virá fatalmente denunciar o erro. A ação é o modo particular do geral.

Assim, o agir se transforma na concretude do pensamento, envolvendo volição. Uma ação gera conseqüências diante das quais, as pessoas estão sempre se perguntando se a conduta foi conforme a resolução, se concordou com as intenções gerais. A pessoa pode ir mais longe ainda indagando se a conduta concordou com os ideais, o que será seguido por um novo juízo acompanhado por sentimento, seguido por um reconhecimento do caráter aprazível ou doloroso deste sentimento (CP 1.597).

Por outro lado, o homem vai periodicamente rever seus ideais, pois a “experiência de vida está contribuindo com exemplos mais ou menos elucidativos, que são sumarizados primeiro, não na consciência do homem, mas nas profundezas de seu ser razoável. Os resultados vêm à consciência mais tarde” (CP 1.599).

A idéia de autocontrole do plano para ação futura só é possível diante da continuidade. O homem está a todos os momentos operando racionalmente os fatos da

experiência, procurando a partir deles uma projeção para o futuro. Um plano de conduta significa balizar a ação futura com base na experiência passada. Para Peirce (CP 1.607), os principais elementos da conduta moral são o padrão geral mentalmente concebido antecipadamente; o agente eficiente na natureza interna, o ato e a comparação subsequente do ato com o padrão.

Mas todos estes elementos estão representados no raciocínio e, portanto, há um paralelismo perfeito entre conduta e raciocínio. Desde que a descrição dos fenômenos da conduta controlada seja verdadeira, então o “raciocínio é apenas um tipo especial de conduta autocontrolada” (CP 1.610).

A primeira coisa que demanda nossa investigação é que a conduzamos para uma idéia clara e distinta do que são hábito e aquisição de hábito. Podemos unicamente aprender isto estudando estas coisas onde as vemos em formação na mente humana. Ao fazê-lo, não estou receoso de especializar demais e de assumir que o universo tem caracteres que pertencem apenas ao protoplasma nervoso em um complicado organismo. Pois devemos lembrar que o organismo não fez a mente, mas apenas a ela se adaptou. Adaptou-se por um processo evolucionário tal, que não está longe de ser correto considerar que a mente humana constitui o organismo. (Ibri, 1992, p. 87)

Representar com verossimilhança não significa verdades finais ou teorias finalistas, porque para Peirce nenhuma teoria, nenhum conceito, nenhum sistema de idéias é final ou traduz verdades finais. O mundo contém acidentalidade, contém acaso. Mas pode-se dizer que há um movimento que se dirige para o crescimento e aprendizagem.

Portanto, é através do raciocínio correto que se chegará ao objetivo último, que é o ideal da conduta. Para um autor como Peirce este objetivo último não pode estar na ação, como também não pode ser qualidade de sentimento finita. Peirce se opõe à idéia de o homem só possa agir pelo prazer, porque a ação que se refere ao prazer não deixa espaço para a distinção entre o certo e errado. Este objetivo último é o admirável. “O objeto admirável que é admirável per si deve, sem dúvida, ser geral. Todo ideal é mais ou menos geral; ele deve ter unidade, porque é uma idéia, e unidade é essencial a toda idéia e todo ideal.” (CP 1.613)

O objetivo último deve ser além de geral, deve trazer a idéia de continuidade, de infinitude. Peirce retoma a idéia platônica do verdadeiramente Belo, que é uma combinação entre sensibilidade e razão para encontrar as formas verdadeiras das idéias divinas.

Eu não posso ver como alguém possa ter um ideal mais satisfatório do admirável que o desenvolvimento da Razão assim entendido. A única coisa cuja admirabilidade não é devida a uma razão além, é a própria Razão, compreendida em toda sua plenitude, tanto quanto possamos compreendê-la. Sob esta concepção, a idéia de conduta será executar nossa pequena função na operação da criação por dar uma contribuição para tornar o mundo mais razoável, sempre que estiver ao nosso alcance fazê-lo. Em lógica será observado que conhecimento é razoabilidade; e o ideal do raciocínio será seguir os métodos que devem desenvolver o conhecimento mais rapidamente. (CP 1.615)

No Verdadeiro se encontra simultaneamente a suprema Beleza, o supremo Bem e a suprema Virtude. A Ética que é a ciência da escolha do que fazer, como se conduzir.

A estratégia inteligente para atingir determinadas metas veio da Lógica. Depois disto é que emana a Beleza, mas este Belo não é um Belo aparente, mas sim um Belo processual ao longo da descoberta do Universo, das idéias de crescimento, evolução, relação homem-natureza, da própria idéia de Deus.

Se a Lógica fornece a estratégia, a Ética cuida da adequação da conduta a determinada estratégia, só que de uma certa forma, a Ética já aparece antes, permeando a escolha da estratégia. Por outro lado, o amálgama entre razão e razoabilidade está no crescimento da generalidade. Deste amálgama entre Lógica e Ética é que surge a admirabilidade, uma certa qualidade estética que emana de um grande sistema, de uma operação conjunta entre a escolha, o porquê da escolha da conduta e a estratégia para atingir a meta.

O critério de escolha é aquilo que transgride o exercício do poder e resgata a liberdade de todos, é essa admirabilidade, que é admirável por si mesma. Não tem outra justificativa, não precisa de uma causa ou condicionante ulterior. Ela simplesmente irá bastar-se, mas é um Belo que emana da razão razoável ou da razoabilidade inteligente.

Não é só uma qualidade do ver, do plástico, mas uma qualidade do inteligente, do processual, do que é sistêmico, porque o sistêmico envolve uma intencionalidade. Intencionalidade envolve conduta, conduta envolve escolha. A escolha envolve caminho do cosmos, onde o universo se faz nesta direção e não na outra. Esta admirabilidade está contida no conceito de agapismo, de amor evolucionário. (Ibri 1994, p.138)

A própria Beleza, na obra de Peirce, quando ele propõe a relação Belo, Bom e Verdadeiro, é uma construção, é aquele Belo que está oculto num sistema e que só pode percebido no nível do entendimento ou da inteligência.

REFERÊNCIAS

- SANTAELLA, L. **A assinatura das coisas**. Rio de Janeiro: Imago., [s.d.].
- PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers of Charles S. Peirce**. Edited by Charles Hartshorne, Paul Weiss, Arthur Burks. Cambridge, MA: Harvard University Press. v. 1-6, 1931/ 1974; v. 7-8, 1958.
- _____. **The new elements of mathematics**. Ed. by C. Eisele. The Hague: Mouton, 1976. 4 v.
- BERNSTEIN R. A sedução do Ideal. In: **Face – revista de semiótica e comunicação**, v. 3, n. 2. p. 195-206, jul./dez,1990.
- SILVEIRA L. Subsídios para um retrato de Charles Sanders Peirce. In: **O sujeito entre a língua e a Linguagem**, 1997. p. 87-92.
- IBRI I. **Kósmos Noetós: arquitetura metafísica de Charles S. Peirce**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **Kósmos Poietikos – criação e descoberta na filosofia de Charles S. Peirce**. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1994.